



## UMA RAZÃO QUE SE EXPRESSA: DEVANEANDO COM ROUSSEAU<sup>1</sup>

Douglas Campos<sup>2</sup>

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), quando estava com 65 anos de idade, em 1777, escreveu os seus *Devaneios do caminhante solitário*. Na obra, o autor escolhe o devaneio como metodologia filosófica. O intento desse texto é apropriar-se da ideia de devaneio rousseauiana, e instrumentalizá-la na ideia de experiência. Essa instrumentalização será efetuada através do mecanismo da contemplação. Sendo a contemplação a atividade do demorar-se, dos entremeios, da conservação e do espanto pelo “ser-assim” das coisas, busca-se, apelando ao seu mecanismo, refrear o processo de agressão ao meio-ambiente em sua dinâmica de hiperprodutividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rousseau. Devaneio. Experiência. Contemplação. Natureza.

**ABSTRACT:** Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), when he was 65 years old, in 1777, wrote his *Daydreams of the lonely walker*. In the work, the author chooses reverie as a philosophical methodology. The purpose of this text is to appropriate the idea of Rousseauian reverie, and to instrumentalize it in the idea of experience. This instrumentalization will be carried out through the mechanism of contemplation. Since contemplation is the activity of lingering, intermingling, conservation and astonishment for the “being-so” of things, one seeks, by appealing to its mechanism, to curb the process of aggression to the environment in its dynamics of hyperproductivity .

**KEYWORDS:** Rousseau. Reverie. Experience. Contemplation. Nature.

---

<sup>1</sup> Este artigo começou por ser uma comunicação apresentada no VI Seminário Nacional Filosofia e Natureza (desse ponto em diante, referenciaremos o evento por VI *seminário*), realizado pelo Grupo de Pesquisa Filosofia e Natureza em 2019. Na ocasião o seu título de apresentação foi: *Entre lagos e rios: devaneando com Rousseau e Thoreau*.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PPGF/UFS). Email:douglas-campos@hotmail.com.

<sup>3</sup>Professor(CODAP/PPGF-UFS).E-mail:marceloprimo\_sp@hotmail.com.ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7406-5371>

Quando estava com 65 anos de idade, em 1777, Rousseau (1712-1778) escreveu os seus *Devaneios do caminhante solitário*. O filósofo já havia vivenciado tanto a glória da publicação de seu *segundo Discurso* (1755), quanto a desmoralização e a perseguição de *Emílio* (1762). Por conseguinte, *Devaneios* representa o momento em que temos um Rousseau experiente e maduro.

Nessa fase de maturidade, e já tendo exercido um período extenso como escritor, Rousseau fornece uma informação de fundamental importância para o nosso escrito: o autor confessa que sempre preferiu o prazer do devaneio ao rigor da reflexão. Assim diz ele nos *Devaneios*:

Algumas vezes, pensei com bastante profundidade; mas raramente com prazer, quase sempre contra minha vontade e como à força: o devaneio me descansa e me diverte, a reflexão me cansa e me entristece; pensar foi sempre para mim uma ocupação penosa e sem encanto. Algumas vezes, meus devaneios acabam pela meditação mas, mais frequentemente [sic], minhas meditações acabam pelo devaneio e durante tais divagações minha alma vagueia e plana no universo sobre as asas da imaginação, em êxtases que ultrapassam qualquer outro gozo. (ROUSSEAU, 1995, p. 92).

Sem dúvida, desde que Sócrates apropriou-se da sabedoria de Delfos: “conhece-te a ti mesmo”, e a transformou na pergunta fundamental do estudo da ética, o empreendimento de conhecer a si mesmo tornou-se um objeto de reflexão de extrema importância para os filósofos. Por conseguinte, a ética – o estudo da conduta – ganhou grandes arcabouços teóricos. Esses arcabouços, formulados com todo o rigor da ordem racional, apelaram, em suas elucubrações, para a sistematização racional. Assim sendo, várias regras para o agir virtuoso e o bem-viver foram desenvolvidas. Consequentemente, o estudo da ética interligou-se à análise e a escrita racional.

O que Rousseau fez, em seus *Devaneios*, foi remodelar tal estado. Ante a análise “fria” e racional, o devaneio. Desse modo, há, no escrito, uma diferenciação patente entre o refletir e o devanear. Contudo, como Cassirer (1999) ressalta, Rousseau, apesar de possuir em sua bibliografia uma lógica sistemática, não escrevia de modo sistemático. Assim sendo, vários conceitos rousseauianos apresentam, por assim dizer, uma certa flexibilidade em suas definições.

Rousseau sempre resistiu à noção de que um pensamento só poderia ter objetivo e verdade objetiva se aparecesse desde o princípio numa couraça e numa conformação sistemática - e rejeitou contrariado a impertinência de uma tal coação sistemática. Isso vale tanto no sentido teórico quanto no prático; vale para o modo de pensar, bem como para o modo de viver (CASSIRER, 1999, p. 42).

Apresentar a diferenciação entre a ideia de devaneio e a de raciocínio, nos *Devaneios*, é uma tarefa complexa, afinal, Rousseau não delimita claramente a dimensão desses conceitos.<sup>4</sup> Entretanto, se nos atermos ao modo como o autor disserta sobre eles em determinadas obras, poderemos esboçar o que o filósofo entendia por ambos.

No *segundo Discurso* está formulada a famosa frase: “o homem que medita é um animal corrompido”<sup>5</sup>. Desse modo, não é uma afirmação ousada dizer que, Rousseau associa o desenvolvimento da racionalidade ao processo de perversão dos traços originais da humanidade. Para o autor, a racionalidade não é um caractere inato na humanidade. Os humanos, nessa perspectiva, não se originaram racionais. Antes, a racionalidade foi sendo desenvolvida durante as dificuldades enfrentadas pelos humanos ao longo de seu percurso histórico. Quando formula o seu homem em estado de natureza, Rousseau o apresenta semelhante a um animal selvagem: isolado e sem vínculos sociais. Assim sendo, as ideias que precisam de vida em sociedade para existirem, lhes eram inexistentes. Por conseguinte, conhecimentos sobre ética não eram necessários. Para Rousseau, o convívio humano e os vínculos sociais não são caracteres originais da espécie. Antes, foram casualidades que as intempéries naturais impuseram à humanidade. Por exemplo, pela necessidade de compartilhar uma mesma caverna durante um inverno rigoroso, os indivíduos precisaram se manter sob o mesmo lugar, e puderam, por conseguinte, estabelecer ideias como a de um lar.

Convivendo, as pessoas foram obrigadas a estabelecer meios de comunicação. Passaram, por assim dizer, a executar as operações do entendimento (comparar, julgar, conjecturar) com mais frequência, desenvolvendo-as de modo mais acelerado. Daí o florescimento da razão. Quanto a esse processo, Rousseau nos informa o seguinte:

[...] a razão é uma das aquisições do homem, e mesmo uma das mais lentas. O homem aprende a ver com os olhos do espírito assim como com os olhos do corpo; mas o primeiro aprendizado é bem mais longo que o segundo, porque, como as relações entre os objetos intelectuais não são mensuráveis como a extensão, elas só se descobrem por estimativa, e nossas primeiras necessidades, as necessidades físicas, não tornam o exame desses objetos tão interessantes para nós. Precisamos aprender a ver dois objetos ao mesmo tempo, aprender a compará-los, a comparar grande número de objetos, a remontar

---

<sup>4</sup> Catherine Larrère, no intento de apresentar o conceito de natureza, enfrentou o mesmo problema de “flexibilidade conceitual” na obra rousseauiana. “[...]Frequentemente, sob o nome de natureza, Rousseau fala, de fato, de metafísica, até mesmo de teologia” (LARRÈRE, 2012, p. 15).

<sup>5</sup>ROUSSEAU, 1989, p. 57.

gradualmente as suas causas e a segui-las em seus efeitos. Precisamos ter combinado uma infinidade de relações para adquirir ideias de conformidade, proporção, harmonia e ordem [...] (ROUSSEAU, 2005, p. 63).

Sendo a racionalidade um processo sintético, derivado das necessidades oriundas das casualidades provocadas pelos contratempos naturais, ela não é uma característica original da humanidade. Dessa maneira, a estrutura de funcionamento da racionalidade surgiu imbricada com a imposição de solucionar as desavenças surgidas no meio humano. Logo, todas as construções da sociedade foram maculadas pela estrutura sintética da sociabilidade, desassociando-se dos desígnios da natureza. Racionar envolve um governo do entendimento. Assim sendo, a racionalidade envolve o rigor e a pouca “elasticidade criativa”. Para Rousseau, conforme apresenta em seus *Devaneios*, executar o ato de raciocinar sempre foi uma atividade cansativa, entristecedora, penosa e sem encanto.

Ademais, sendo um mecanismo antinatural, fruto da convivência, a racionalidade tem como *conditio sine qua non* este fator: o outro. A razão é um instrumento para a ordenação da vida social. Desse modo, o processo racional do entendimento é sempre mediado pela preocupação com o outro. Pelo viver e agir em comunidade.

[...]. Com efeito, a civilização parece pautada pela racionalidade: a razão seria o *instrumento* eminente de todas as elaborações que resultam nessa totalidade sistêmica que seria a representação dos elos entre indivíduo e sociedade, aí incluídas as mistificações históricas e a moralidade convencional, que nada mais [sic] é do que a corrupção racionalizada. A racionalidade sustenta a objetividade de uma sociedade que se realiza nas regras, isto é, dos indivíduos que realizam a individualidade na esfera das convenções impostas e aceitas — numa espécie de subjetivação deturpada que resulta no contrário da subjetividade [...]. (SILVA, 2012).

O campo do raciocinar, para Rousseau, estaria na esfera da convivência e da comparação. A racionalidade serve, nesse ínterim, para comunicar as ideias do eu a outrem. Dessa forma, a racionalidade envolve uma relação com o outro. Todavia, sendo o eu, e não o outro, o objeto de estudo rousseauísta nos *Devaneios*, o autor se vê em necessidade de usar um mecanismo diverso da razão. Ele não precisa comunicar as suas ideias ao outro, mas sim, a si mesmo.

Nesse intento de esclarecer-se a si mesmo, Rousseau não opta pela racionalidade, mas sim pelo devaneio. Optando por conviver e compartilhar dos conhecimentos humanos, a razão se apresenta como a melhor metodologia. Todavia, o

objetivo de Rousseau, nos *Devaneios*, é conhecer a si mesmo. Por conseguinte, o método de análise deverá ser outro, diverso da racionalidade.

Ao pensador, em seu intento de “contemplar a mim mesmo”<sup>6</sup>, a mediação da racionalidade não seria vantajosa. Rousseau logo compreendeu que a mecânica do pensar racional impediria a contemplação de si. Esta, se nutre de um “voltar-se à interioridade”. Almejando, como Rousseau pretende, o entendimento de si mesmo em sua originalidade e idiossincrasia, o aparato da racionalidade fracassará. A racionalidade é uma aquisição humana, e só adquiriu o desenvolvimento que constatamos em nossos tempos, devido ao convívio social. Todavia, se não era o exercício da racionalidade que comandava a vida dos humanos, que mecanismo cognitivo ocupava tal tarefa? Segundo Rousseau, antes de desenvolver a racionalidade, os indivíduos possuíam um mecanismo natural: o amor de si.

Recorreremos a duas fontes onde Rousseau trata o assunto do amor de si: *O segundo Discurso* (1755) e a *Carta a Christophe de Beaumont* (1762). A escrita de ambos se deu em momentos diversos da vida do autor<sup>7</sup>. Todavia, a mesma noção de amor de si se apresenta em ambos os escritos. Desse modo, a análise desses textos rousseauístas corrobora com a asserção de Cassirer quanto ao sistema interno da filosofia rousseauiana.

Por ordem de publicação, apresentaremos primeiramente a noção explicitada no *segundo Discurso*. Na nota *O* da obra, Rousseau define que: “[...] o amor de si mesmo é um sentimento natural que leva todo animal a zelar pela sua própria preservação, e que no homem, quando guiado pela razão e modificado pela piedade, produz a humanidade e a virtude [...]”<sup>8</sup>.

Para o genebrino, a natureza criou o sentimento como a bússola da humanidade. Assim sendo, antes de adotar a racionalidade como guia, os indivíduos se nortearam por

---

<sup>6</sup>ROUSSEAU, 1995, p. 31.

<sup>7</sup>“Imediatamente após a publicação do *Emílio*, Rousseau viu-se em apuros. [...] a obra foi denunciada pelo corpo docente da Faculdade de Teologia da Sorbonne em junho de 1762 e um mandado de prisão foi expedido contra seu autor. Exemplares do livro foram queimados em Paris (e, mais tarde, em Genebra), e Rousseau fugiu da França, permanecendo por algum tempo em Yverdon, antes de ser compelido a abandonar essa localidade e instalar-se em Môtiers, sob a proteção de Frederico da Prússia. O arcebispo de Paris, Christophe de Beaumont, publicou em agosto desse ano um *mandement*, uma carta pastoral de instrução e orientação para os seus sacerdotes e membros da Igreja explicando em detalhe por que *A profissão de fé* era inaceitável, irreligiosa e sacrílega. Rousseau obteve uma cópia da carta e, exaltado pelos ataques não só às suas ideias [sic] mas também à sua sinceridade, decidiu responde-la. Completada em novembro de 1762 e publicada em março de 1763, a sua *Carta a Christophe de Beaumont* foi banida em Genebra. Desgostoso com mais essa injúria pela cidade que tanto venerava e de que se sentira tão orgulhoso de ser um cidadão, renunciou à sua cidadania em maio desse ano ” (DENT, 1996, p.54-55).

<sup>8</sup>ROUSSEAU, 1989, p. 153.

um sentimento, o amor de si. Contudo, essa bússola, por ser originária – um sentimento natural – ao ver-se diante dos construtos sintéticos humanos, tende a corromper-se. Dessa corrupção, surge arazão. Explico:

Para Rousseau, como o convívio social não é natural, o homem em estado de natureza não vivia em sociedade. Todavia, evidentemente, o homem original era cognoscente. O homem “se sabia” enquanto ser que tinha sede, fome, sono e as demais necessidades biológicas, ou seja, o homem se sabia enquanto sentia. Desse modo, não sendo a razão a operação de sua cognição, era o sentimento que ocupava tal lugar. Portanto, a “noção de si” que a natureza incutiu originalmente nos homens, se dá por meio da mecânica do sentimento.

Portanto, antes da racionalidade – maculada pelo convívio em sociedade – o conhecimento de si mesmo era mediado pelo sentimento de amor de si. Uma experiência sempre nova e imediata (sempre imersa no contato direto com o mundo, sem rememoração do passado, ou conjectura sobre o futuro). Sem a necessidade de comunicar, vender, ou trocar com outrem qualquer objeto que fosse, não havia necessidade de investigação sobre o que estava à disposição. Assim sendo, a racionalidade pouco espaço tinha para se desenvolver. A seguinte passagem da *Carta a Christophe de Beaumont* sintetiza o que dissemos até aqui. Diz Rousseau:

[...] a única paixão que nasce com o homem, a saber, o amor de si, é uma paixão em si mesma indiferente quanto ao bem e ao mal, que só se torna boa ou má por acidente e segundo as circunstâncias em que se desenvolve. Mostrei que todos os vícios que se imputam ao coração humano não lhe são em absoluto naturais [...]. (ROUSSEAU, 2005, p. 48).

Para Rousseau, a única paixão incutida pela natureza nos humanos foi o amor de si. E, foi essa paixão que norteou a humanidade antes do desenvolvimento da racionalidade. Desse modo, a ferramenta original de conhecimento de si mesmo – o amor de si – foi uma paixão, um sentimento. Portanto, é por essa razão que, ao escrever os *Devaneios*, buscando o conhecimento de si mesmo, o autor não recorre à razão, mas sim, ao devaneio.

O devaneio possui uma íntima relação com o amor de si: ambos independem da esfera da racionalidade. Sem o aparato da racionalidade para comparar, conceituar e conectar as ideias, nenhum encadeamento complexo de ideias – raciocinar – é possível. Por conseguinte, o indivíduo em estado de natureza, deveria viver em constante devaneio. Desse modo, foi o devaneio que a natureza alicerçou como a base da experiência cognitiva humana. Encontramos nos *Devaneios*, na primeira e segunda

caminhadas, pistas que nos indicam o que Rousseau entende por devaneio. Assim diz ele na primeira caminhada:

[...] De resto, todas as ideias estranhas que me passam pela cabeça, ao caminhar, nelas encontrarão igualmente seu lugar. Contarei meus pensamentos exatamente como surgiram e com tão pouca ligação quanto as ideias da véspera têm, geralmente, com as do dia seguinte. [...]. (ROUSSEAU, 1995, p. 26).

Da passagem rousseauísta, podemos concluir que, no devaneio: A) as ideias estranhas não são descartadas, e todo divagar é considerado. B) O fluxo do pensamento é exposto sem a negatividade da racionalidade. C) A conexão entre as ideias não pertence a um ponto fixo e determinado. Podemos, *grosso modo*, dizer que, o devaneio é a narração do fluxo do pensamento sem a necessidade da mediação da racionalidade. No início da segunda caminhada dos *Devaneios*, Rousseau versa sobre o devanear da seguinte maneira:

. [...] quando deixo minha cabeça inteiramente livre e minhas ideias seguirem sua inclinação, sem resistência e sem embaraços. Essas horas de solidão e de meditação são as únicas do dia em que sou plenamente eu mesmo e em que me pertenco sem distração, sem obstáculos e em que posso verdadeiramente dizer que sou o que desejei a natureza. (ROUSSEAU, 1995, p. 31)

Devaneando, Rousseau se sente seguindo os desígnios da natureza. Tal fato é válido, havendo em mente o caráter de desapego ao racional do devaneio – e, por conseguinte, da mácula dos construtos sociais. Devaneando, o autor pode recuperar o sentimento como guia de si, reaproximando-se da dinâmica original do amor de si.

Se a racionalidade manifesta a rigidez e a imbricação social, o devaneio abre espaço ao livre pensar, e estende diante do indivíduo uma “zona de criatividade pura”. Somente mediante esse mecanismo de autonomia é possível, para Rousseau, o exercício de auto escrutínio. O devanear, possibilita ao autor, analisar-se de uma forma única. E, por estar livre do domínio da razão, e em comum acordo com os desígnios da natureza, o devanear se apresenta, para o genebrino, como a melhor ferramenta de “entrar em mim mesmo”.<sup>9</sup>

Durante o seu período de maturidade biológica e intelectual, o filósofo optou pelo devaneio como método de filosofar. Tal fato é de fundamental relevância, porque, se o estudo daética sempre pareceu interligar-se a ordem do raciocinar, o autor genebrino, ao decidir pelo devaneio, nos relembra que a filosofia é amiga da sabedoria,

---

<sup>9</sup>ROUSSEAU, 1995, p. 31.

e que ela nem sempre está submetida aos parâmetros da racionalidade. Por conseguinte, ao procurar uma linguagem que alcançasse o domínio do puro natural, Rousseau soube que o campo do discurso racional não daria conta de seu intento.<sup>10</sup>

Foi utilizando a ideia de devaneio rousseauiano que escrevi o texto apresentado no VI Seminário de Filosofia e Natureza que serviu como base desse artigo. À época, profundamente instigado pela gravidade da denúncia que eu acreditava ter notado na filosofia de Rousseau, uma inquietação me afligia: segundo Rousseau, o afastamento humano do convívio com a natureza provocou uma cisão: de um lado, os humanos e os seus artificios, do outro, a natureza imaculada. A natureza é, nesse ínterim, tudo aquilo que o artifício humano não alterou. Essa ideia de cisão, ou no mínimo, dualidade, entre a sociedade humana e a natureza, no pensamento rousseauísta, me deixou profundamente perturbado. Conclui que, vendo-se alienada da natureza, a humanidade colocou-se como epicentro do sistema-mundo. Nessa perspectiva, tudo aquilo que não é humano, pode ser utilizado como posse humana.

Faltando um outro que se equivalesse ao humano, somente ele se postou em condição de legislar sobre o controle do mundo – decidindo sobre os direitos de si e dos outros existentes mundanos. Assim sendo, a natureza e os seus construtos, não pertencendo ao gênero humano, foram tratados por esses, como recursos<sup>11</sup> naturais. Para os humanos, tendo na natureza a ideia de recurso, ou seja, meio para atingir um fim, o puro “ser-assim” das coisas não é reconhecido como completo e finalizado em si mesmo. Por exemplo, diante de uma pedra, um escultor prevê o seu objeto artístico. Diante do artifício humano, o “ser-assim” das coisas não pode ser suportado. O artifício humano precisa modificar o mundo. Rousseau afirma o seguinte no *segundo Discurso*: “O que é ainda mais cruel é que todos os progressos da espécie humana distanciam-na cada vez mais de seu estado primitivo”<sup>12</sup>. Esses progressos da espécie humana, por vezes, como denuncia Rousseau, interferem de tal modo na natureza que acabam

---

<sup>10</sup> Quanto ao correto emprego da razão, Dent reforça: “As ideias de Rousseau sobre o poder da razão poderiam ser mais claras se ele tivesse especificado que capacidades e realizações, em seu ponto de vista, a ‘razão’ contém. Certamente parece significar para ele o poder de comparar, analisar e inferir, equipando desse modo a pessoa, a partir de suas próprias experiências e interesses, a julgar e compreender para além de suas atuais circunstâncias. A razão, em seu lógico e científico emprego, parece contar com a sua aprovação; ela excede o seu âmbito apropriado quando o estabelecimento dos objetivos da vida ou quando as bases da convicção moral e religiosa estão envolvidas”. (DENT, 1996, p. 194).

<sup>11</sup> A palavra “recurso” apresenta, segundo o dicionário *Miniaurélio*, as seguintes definições: “1. Ato ou efeito de recorrer, 2. Auxílio, ajuda, 3. Meio pecuniário, 4. Meio para resolver um problema”<sup>11</sup>. Portanto, é característica do recurso a mediação. O recurso é um meio de obter algo – a potencialidade constitui a sua política.

<sup>12</sup> ROUSSEAU, 1989, p. 41.



barrando o fluir dela. A isto, ela somente se mostra resiliente, por vezes, apenas refletindo os atos humanos - jamais nos esqueçamos da barragem de Mariana<sup>13</sup>. Lembremos dos danos ambientais que insistentemente temos empreendido em nosso ecossistema.

Por conseguinte, profundamente preocupado com o distanciamento dos humanos em relação à natureza, e convencido do devaneio (exposto na filosofia rousseauiana) como método de filosofar, comecei a elaborar o texto que apresentei no VI seminário. Dessa forma, assumindo os pressupostos rousseauístas, a comunicação se guiou pela seguinte problemática: como reunificar a humanidade à natureza? Eis o escrito:

Desde que assisti ao filme *O senhor dos anéis: a sociedade do anel*, me apaixonei pela mitologia da Terra Média<sup>14</sup>. Ao ver Gandalf<sup>15</sup> fumar cachimbo às margens de um lago, um desejo brotou em mim: sempre que me apetecesse, eu fumaria no cachimbo à beira de um lago – assim como o Gandalf. Tal desejo me exigiu duas posturas em relação ao mundo, a saber, tornar-me fumante (para poder fumar no cachimbo), e procurar por lagos onde eu pudesse fumar solitariamente (e longe de minha mãe, evidentemente). Como consequência dessas duas posturas, acabei caminhando bastante, e conhecendo uma grande quantidade de lagos e rios nas redondezas de minha residência. E foi justamente numa tarde qualquer, de um dia comum, fumando cachimbo na beira de um tanque que, assim como Rousseau, devaneei.

Fazia muito calor, e por conta da alta temperatura, aproximei-me da margem da “Biquinha” (um pequeno tanque alimentado por um outro maior). O tanque maior se situa na parte elevada do sítio. Quando ele excede, a sua água alimenta a Biquinha. Essa alimentação ocorre de duas formas: 1º Pelas crateras formadas pela erosão causada pela chuva e outros agentes naturais ou não. 2º Por uma bica cilíndrica que transporta a água do tanque maior até a “Biquinha”. Nomearam-no de Biquinha justamente por ser um tanque pequeno, alimentado por uma bica. Tenho em minha lembrança vívidas recordações de visitas a esse local quando era mais novo. Antes da água encanada, me lembro que ele era utilizado pelas mães da redondeza para lavar as suas roupas.

---

<sup>13</sup>Há mais de três anos, no dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, deixou 19 mortos e causou uma enxurrada de lama que inundou várias casas no distrito de Bento Rodrigues, em Minas Gerais.

<sup>14</sup> Ambientação onde se desenrolam os acontecimentos do filme *O Senhor dos Anéis*.

<sup>15</sup> Personagem do *O Senhor dos Anéis*. Gandalf é um mago que auxilia as forças do bem na luta contra a força maligna Sauron.

A fim de me refrescar, dispus as mãos em formato de concha e, reprisando certa quantidade de água, passei-as em meu pescoço. Assim que a água tocou a minha pele, algo me afetou: naquele exato instante, me senti parte integrante e constituinte da natureza. O arrepio que aquela pequena quantidade de água me proporcionou foi de uma intensidade e transcendência que, somente me vieram à memória os relatos de Rousseau em seus *Devaneios*:

Nesse estado, um instinto que me é natural, fazendo-me fugir de toda idéia[sic] entristecedora, impôs silêncio à minha imaginação e, fixando minha atenção nos objetos que me rodeavam, me fez, pela primeira vez, ver em seus detalhes o espetáculo da natureza, que até então quase só contemplara como uma massa e em seu conjunto (1995, p. 93).

Naquele instante, ao sentir o frescor proporcionado pela água da Biquinha, devaneei. E nesse devaneio, supus ter encontrado um importante fato que ajudaria na resolução da problemática de como reunificar a humanidade à natureza. Tudo me pareceu girar em torno da política da experiência.

A palavra experiência provém do latim *Experientia*<sup>16</sup>. Ela é formada pela junção de duas outras. *Ex* que significa fora, exterior; e *peritus*, que significa perito. Já a perícia (o trabalho do perito) significa, dentre outras definições, “vistoria especializada”. Por conseguinte, experiência significa a vistoria especializada de algo que seja identificado como um objeto exterior<sup>17</sup>. Sendo assim, deste apanhado de significados, ficaremos com a seguinte síntese: experiência é a prática de vida do indivíduo cognoscente. É, por conseguinte, um total que se apresenta para o indivíduo. Esse total é representado pela seguinte operação: 1º Indivíduo cognoscente + 2º O que lhe é exterior (aquilo que é o objeto da prática de vida) = A experiência.

O conceito de experiência me pareceu ser a pedra angular de minha proposta resolutiva. A política da experiência é *conditio sineque non* para o devaneio nos moldes rousseauístas. Como diz Rousseau: “fixando minha atenção nos objetos que me rodeavam, me fez, pela primeira vez, ver em seus detalhes o espetáculo da natureza”. Tanto a experiência quanto o devaneio atuam dialogicamente com as “coisas elas mesmas”. O devaneio necessita do olhar especializado do experimentar. Toda experiência carrega em si a potencialidade do devaneio. Quando lá estava eu, enfim,

---

<sup>16</sup>MELLO, 2010, p. 61.

<sup>17</sup> Tomemos também a definição do dicionário Miniaurélio (2001, p. 306). Experiência é: “1. Ato de experimentar; experimento. 2. Prática de vida. 3. Habilidade ou perícia resultante do exercício contínuo duma profissão, arte ou ofício. 4. Tentativa, ensaio; experimento”.

sozinho - em situação, diga-se de passagem, bem semelhante à de Rousseau ao escrever os seus *Devaneios* – pude experienciar a Biquinha. Permiti-me senti-la, e depois, contemplá-la. Sendo uma vistoria, a experiência (um “olhar” pormenorizado) atinge o seu ápice ali onde o olhar alcança o nível de contemplação. Experienciando – contemplando – abre-se uma nova perspectiva: a atenção ao “ser-assim” das coisas.

A contemplação é a arte do demorar-se. É necessário estar desperto para atividade contemplativa<sup>18</sup>. Mas esse despertar nada tem a ver com a atividade da sociedade de consumo, desenvolvimento e hiperprodução. Não! A contemplação, em sua dinâmica, é livre de coerção ou finalidade externa aos interesses do indivíduo. Em nada tem a ver com metas ou hiperatividade. Na contemplação não se deseja vencer, melhorar, ou aperfeiçoar o “ser-assim-de-si” ou das coisas. A atividade contemplativa não altera o mundo, antes, o mantém e se faz uma com ele.

Perceber a mediação que constitui o eu e o “ser-assim” das coisas, me pareceu similar ao espectador que, sentando-se em uma posição específica, consegue enxergar os fios que manipulam as marionetes do espetáculo. Contemplando a Biquinha, percebi que o eu não o é por si só – existe, também em nosso viver, fios que nos manipulam.

Tanto eu, com os meus pés sobre o solo; os peixinhos, com as suas nadadeiras; e o sapo que, já em decomposição, era comido por algumas formigas, estávamos conectados. Nós éramos, por assim dizer, objetos de um mesmo cenário – igualmente integrantes de uma “casa maior”. Não havia independência em mim. Um sentimento de necessidade e dependência me acometeu. E então, penetrei no que havia de mais fatídico para mim: o eu só o é, por conta de mediações.

Contemplar – atingir o ápice da experiência – exige um demorar-se. A contemplação exige atividade, ou seja, requer um esforço; uma capacidade de concentração que abstrai e sintetiza a informação, que suprassume a camada superficial do dado puro. Não é possível se deixar ao puro automatismo na atividade contemplativa. Todavia, diante do fluxo ininterrupto de trabalhos realizados em nossa vivência, a otimização do tempo passou a ser uma necessidade. Contemplar demanda um desfrute de tempo totalmente inverso daquele despreendido pelo ritmo de trabalho de nossos dias. A dinâmica da produção industrial não permite o usufruto de tempo

---

<sup>18</sup> [...] Aprender a ver significa ‘habituar o olho ao descanso, à paciência, ao deixar-aproximar-se-de-si’, isto é, capacitar o olho a uma atenção profunda e contemplativa, a um olhar demorado e lento. [...]’ (HAN, 2017, p. 51)

necessário para a tarefa contemplativa. Ela jamais pode decair no puro trabalho, e os entremeios são abarcados.

Encontrar lagos e rios, ou melhor, qualquer ambiente mais natural e isolado da civilidade exige uma boa caminhada (uma atividade física importante). É necessário um perambular a esmo, procurar e desvendar novos caminhos. Fazer desse perambular a esmo uma experiência cuja vitória é o seu próprio perfazer-se, exige tempo. Ademais, a corporeidade aqui se afasta do puro “caráter objetificado” que damos ao nosso corpo – por vezes, o tratamos mais como um veículo que nos transporta de um lugar para outro, do que como a única possibilidade fatídica de experiência contemplativa. Adotando a contemplação, o indivíduo se compromete com a atividade. Preocupa-se em atentar-se em si mesmo – abre-se à liberdade do devaneio. Sente o *ex* da experiência. Fazer do corpo experimento, fazendo de si laboratório; contemplar; perceber as relações e respeitar o “ser-assim” das coisas. Essa me pareceu ser a solução do impasse de reunificar a humanidade à natureza.

O grande problema dessa via de conhecimento sobre si mesmo que é o devaneio, está em seu *modus operandi*, diametralmente à dinâmica trabalhista de nossos tempos. Nossa vida corrida, cheia de preocupações, cujos *trending topics* são compartilhados de forma massiva, em todo o imediatismo que o digital impõe. Enfim, todas as dinâmicas de nossas práticas de vida opõem-se ao contemplar e ao devaneio.

Se o homem em estado de natureza rousseauiano tinha à sua disposição todos os frutos que o apeteciam, já que, nesse estado não existia sociedade civil e, por isso mesmo, também não existia propriedade privada. Deve-se intuir que, quando não era atingido pelos raros eventos bruscos das intempéries naturais, esse homem não conhecia a desigualdade social. Não havia, a não ser as dificuldades naturais do próprio corpo, adversidade alguma que colocasse um indivíduo em condição de miserabilidade. Hoje, saciar a necessidade básica que é a fome, se tornou uma verdadeira epopeia<sup>19</sup>.

---

19 “Para saciar a fome é necessário alimentar-se. Para comer é necessário ter dinheiro para comprar alimento. Se você é rico – de preferência por conta de herança – certamente não sabe a experiência que é acordar e precisar – isso mesmo – necessitar conquistar o seu alimento, todos os dias! Mas, se no Brasil atual, você faz parte da classe “afortunada” dos que trabalham formalmente, com sua carteira de trabalho assinada e regulamentada<sup>38</sup>, você deve trabalhar em média 8 horas por dia, 44 horas semanais. Some-se a isso que alguns trabalhadores utilizam o transporte público, e devem passar duas horas diárias no percurso casa-trabalho, serão 10 horas diárias – sim, 10 horas diárias de trabalho só para saciar a fome – que virilidade possui a fome!” (CAMPOS, 2020, p. 39-40).

Como encontrar entremeios para devanear (voltar-se parasi) quando se tem 10 horas diárias ocupadas somente pela preocupação de saciar a fome? Dentro do ônibus, indo ou voltando do trabalho, o mundo do trabalhador, lá fora, apenas se esvanece. Com *smartphone* em mãos, as informações que entretém, desaparecem ao mais ínfimo toque. Como é possível experienciar – permanecer, demorar-se, no que não permanece? Esse me pareceu ser o grande desafio da prática contemplativa em nossos dias. Assim sendo, o ponto nevrálgico para reunificar a humanidade à natureza é recuperar a experiência e instrumentalizá-la; valorizá-la e incentivá-la em nossa sociedade.

Portanto, façamos um exercício recreativo para exemplificar o modo como se instrumentaliza uma experiência: o que venho lhes pedir agora é algo um tanto difícil. Algo que raramente nós, os habitantes da cidade caranguejo, penosamente fazemos quando vamos à praia – esse membro tão útil da natureza – peço a vocês que rememorem a sensação de momento em que tenham tido uma experiência com a natureza mais selvagem. Relembrem a sensação de ouvir o som das ondas dançando no mar. Do contato macio da sola do pé massageando a areia; o gosto salino na boca; o horizonte que mais parece uma pintura - peço que rememorem como se sentiram, como o corpo experienciou aquela situação de liberdade contemplativa.

Pois bem, com esse exercício espero que vocês tenham percebido a relação que existe numa experiência. A praia, o objeto exterior de sua experiência, o afetou. Não há independência na prática de vida. O que almejamos com a instrumentalização da experiência é fazer uma apologia aos momentos de devaneio; aos momentos em que o eu está imerso em si, aqueles em que o seu objeto de perícia é ele mesmo. E que, escrutinando a si, o indivíduo perceba as suas relações. E, por fim, compreenda a dependência que o seu próprio eu manifesta.

Nossa apologia aos momentos de devaneio é estratégica. Tendo em vista o problema de reunificar a humanidade à natureza, se instrumentalizarmos a experiência em seu ápice – a contemplação – conseguiremos refrear o processo de agressão ao meio-ambiente em sua dinâmica de hiperprodutividade. Sendo a contemplação a atividade do demorar-se, dos entremeios, da conservação e do espanto pelo “ser-assim” das coisas.

Desejando-se reunificar a humanidade à natureza, sem as práticas de imersão, escrutínio e experiência com a natureza, e sem uma aproximação contemplativa como método educacional, será difícil incutir a humanidade a considerar nas outras espécies

mundanas umasingularidade digna de direitos. Considerando o axioma que um amigo ébrio disse certa vez: “minhas experiências são mais eu que o meu próprio DNA”. É, portanto, de fundamental importância que o eu esteja imbricado em relações com a natureza. Pois, se assim não o for, a natureza permanecerá sendo apenas um recurso para os humanos.

É preciso, como fez Rousseau, apelar à sensibilidade, e aos sentimentos. Não adianta ensinar as nossas crianças que elas devem respeitar e cuidar da natureza sem proporcionar a interação entre ambas. É necessário que os indivíduos tenham a possibilidade de contemplar a natureza. O discurso puramente racional, como atestou o autor genebrino, encobre a esfera do afeto.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. Uma razão que se expressa. In: MARIANA DIAS PINHEIRO SANTOS, M. L. C. *Entre o mito e a política*. [S.l.]: Amazon, 2020.

CASSIRER, E. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Tradução de Erlon José Paschoal e Jésio Gutierre. São Paulo: UNESP, 1999.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

FERREIRA, A. B. D. H. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HAN, B.-C. *Sociedade do Cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2º ampliada. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

LARRÈRE, C. Jean-Jacques Rousseau: O retorno da natureza? *Cadernos de ética e filosofia política*, São Paulo, 2, 2012.

MELLO, W. A. D. *Obras completas: dicionário geral de línguas românicas*. Goiânia: Kelps, v. 2, 2010. 1188 p.

O senhor dos anéis: a sociedade do anel. Direção: Peter Jackson. Produção: Barrie M. Osborne, Fran Walsh, Tim Sanders Peter Jackson. [S.l.]: WingNut Films, The Saul Zaentz Compan. 2001.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristiana Roveri Nagke. São Paulo: Ática, 1989.

ROUSSEAU, J.-J. *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução de Fúlvio Maria Luiza Moretto. 3ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. 135 p.

ROUSSEAU, J.-J. Carta a Christophe de Beaumont. In: ROUSSEAU, J.-J. *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. [et al.]. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 240.

SILVA, F. L. E. Rousseau e os devaneios de um caminhante solitário. *Arte pensamento*, 2012. Disponível em: <<https://artepensamento.com.br/item/rousseau-e-os-devaneios-de-um-caminhante-solitario/>>. Acesso em: Sábado 2020 2020.